



34  
RF

## **RESPOSTA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO**

Ref. Processos Administrativos nºs 13.367/2022 e 50.350/2021  
Concorrência Pública PMSG nº 004/2022

**À Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos**  
**A/c Comissão Permanente de Licitação,**

1. Trata-se de resposta a Recurso ao Edital referente ao certame em epígrafe, interposto pela empresa DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.299.904/0001-60, cujo objeto é SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA PARA MEDIDAS DE DETENÇÃO DE ALAGAMENTOS, COMPREENDENDO MESO E MICRO DRENAGEM, DRAGAGEM E LIMPEZA DE CANAL, PAVIMENTAÇÃO DE VIAS, NA AVENIDA JOSÉ MENDONÇA DE CAMPOS E RUAS ADJACENTES, BAIRRO COLUBANDÊ, MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO – RJ.

### **DA ADMISSIBILIDADE**

2. Nos termos do disposto no item 8.2 do Edital c/c art. 109, I da Lei 8.666/93, “o recurso [...] deverá ser interposto à Comissão Permanente de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados na forma da Lei, devendo o mesmo ser protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de São Gonçalo”.

3. Desse modo, observa-se que a Recorrente protocolizou seu pedido junto à PMSG no dia 15/03/2022, e, portanto, considera-se tempestivo na forma da lei.

### **DAS RAZÕES**

4. Insurge-se a Recorrente, nos autos do processo administrativo, acerca de exigência abusiva do Subitem 5.4.1, alínea b, item 4, do Edital em comento, que versa sobre a exigência de apresentação de Certificado de Destinação Final – CDF, como requisito de habilitação das empresas licitantes, no que se refere à qualificação técnica. Apresentando, para tal, suas razões de fato e de direito.

5. Na seção DA SÍNTESE DOS FATOS, alega também habilitação indevida da empresa J P VIEIRA, quanto à qualificação técnica e consequente habilitação, referente à mesma regra editalícia.

### **DA ANÁLISE**

6. Preliminarmente, vale ressaltar que o Certificado de Destinação Final de Resíduos – CDF vem sendo objeto de diversos pedidos de impugnação aos Editais publicados pela PMSG que envolvem regramentos/legislação ambientais, e portanto necessário se faz uniformizar o entendimento acerca da matéria.

7. Esta SEMDUR já respondeu a diversos Pedidos de Esclarecimento, Impugnações e Representações junto ao TCE/RJ acerca do tema, de modo que não pretendemos nos estender além do estritamente necessário para a solução da problemática.

  
Ricardo F. da Conceição  
Subsecretário Contratos  
e Convênios - SEMDUR  
Mat 121 577





8. Tendo em vista reconhecermos a existência dos Pressupostos Subjetivos (legitimidade e interesse recursal) da empresa DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA, esclarecemos que a PMSG vem se dedicando a seguir o entendimento de que a licitação é um processo que visa a tornar lícita a contratação, ou seja, fazer com que a subsequente contratação esteja pautada nos princípios do regime jurídico-administrativo, os quais estão intimamente conectados aos princípios e valores de nossa Constituição. Como por exemplo o Artigo 225, *caput*, ao afirmar que se impõe ao poder público e à coletividade, o dever de defender o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, já na esteira de se adequar às atualizações previstas na Nova Lei de Licitações (nº 14.133/2021), que ressaltam a necessidade de licitações e contratações sustentáveis.

9. Corroborando com este entendimento, assim também vem se manifestando a Corte de Contas da União, entendendo que a Administração Pública não pode estar insensível às questões ambientais em suas licitações, aliás pelo contrário. Como também outros órgãos importantes como o INEA/RJ através do Sistema MTR e seus regimentos<sup>1</sup> e através de importantes Instruções Normativas do IBAMA, em especial nºs 06/2013 e 11/2018 e Resolução nº 307 do CONAMA – inclusive citada como condicionante à concessão das Licenças Prévias Municipais. **Todos reforçando o entendimento de ser não apenas admissível como imprescindível a inclusão de cláusulas contratuais na aquisição de produtos ou na contratação de serviços por meio da exigência de licenças e certificados ambientais emitidos pelos órgãos ambientais. Como também certificados ambientais que passam a ser exigidos nos Editais: Cadastro Técnico Federal do IBAMA, Licença Ambiental de Operação, Certificado de Destinação Final de Resíduos, Licença de Transporte de Resíduos Perigosos e outros.**

10. Ressaltamos também que a empresa DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA teve a oportunidade de protocolizar tais questionamentos na seara administrativa através de Pedido de Impugnação ao Edital, mas optou pela representação direta ao TCE/RJ, como relata nos autos do recurso administrativo, concentrando-se basicamente no mesmo dispositivo editalício igualmente constante da Concorrência Pública PMSG nº 006/2022, da qual veio a impugnar – e cujos pedidos foram apreciados no mérito e não foram acolhidos.

11. Além disso, com o objetivo de uniformizar as exigências técnicas desta SEMDUR em suas Concorrências Públicas, e tendo em vista muitas delas serem custeadas em parte pelo Governo Federal através de Convênios, esta SEMDUR entendeu por correto estabelecer uma uniformidade em suas exigências técnicas a fim de se manter em sintonia com as exigências do Governo Federal, o qual exige a apresentação de Declaração por parte da Fiscalização atestando que este verificou os manifestos correspondentes ao descarte de material (*i.e.* os CDF's), e passando então a exigir os CDF's como documentos de habilitação das empresas licitantes.

12. Por derradeiro, informamos que realmente houve um equívoco na habilitação da empresa FP VIEIRA ENGENHARIA LTDA, o qual já foi identificado, corrigido e acostado aos autos do processo administrativo nº 50.350/2021 (folha 1.226) ficando esta **inabilitada** do certame. O que, por sua vez, não enseja a habilitação da empresa DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA, ou a supressão da exigência constante no item 5.4.1, alínea b - 4, do Edital em comento.

<sup>1</sup> [http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/@inter\\_pres\\_aspres/documents/document/zwew/mtu0/~edisp/inea0154181.pdf](http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/@inter_pres_aspres/documents/document/zwew/mtu0/~edisp/inea0154181.pdf)



## DA DECISÃO

13. Considerando os pontos analisados, esta SEMDUR opina pelo **não acolhimento** do referido Recurso, por não vislumbrarmos razões para uma atitude modificatória das regras editalícias, bem como nenhuma ilegalidade ou rompimento dos princípios licitatórios.

São Gonçalo, 17 de março de 2022.

Ricardo F. da Conceição  
Subsecretário Contratos  
e Convênios - SEMDUR  
Mat 121 577

**Ricardo Figueiredo da Conceição**  
Subsecretário de Contratos e Convênios – SEMDUR  
Decreto Municipal nº. 010/2021  
Matrícula nº. 121.577